

Informe Macroeconômico

24 a 28/04/2023 - Ano 3 | N° 90



Destaques

- Paraíba e Maranhão são destaques no Comércio no início de 2023:** Nos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba e Maranhão foram os destaques no comércio varejista restrito no início de 2023, em razão do crescimento, em janeiro, do volume de vendas em 15,9% e 12,9%, respectivamente, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os estados também anotaram crescimento no comércio varejista ampliado: Paraíba (+13,9%) e Maranhão (+5,2%). O volume de vendas do comércio varejista restrito no Brasil cresceu 2,6% em Janeiro de 2023 sob a mesma comparação.
- Inflação do Nordeste em Março Registra 0,51%:** Na Região Nordeste, o IPCA foi +0,51%, -0,32 p.p. abaixo da taxa de +0,83%, registrada no mês anterior. No ano, o IPCA do Nordeste acumula alta de +1,99% e, nos últimos 12 meses terminados em março, +4,71%, abaixo dos +5,86% registrados em fevereiro. Em março, no Nordeste, Transportes é o principal destaque (+1,87% e impacto de +0,35 p.p.), que junto com Saúde e cuidados pessoais e Habitação, respondem por 92,1% do índice regional.
- Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão registraram os maiores saldos de emprego no 1º bimestre de 2023:** No 1º bimestre de 2023, a Bahia (+11.520) despontou com maior saldo de empregos, seguido por Ceará (+7.961), Pernambuco (+1.904) e Maranhão (+1.881). Nos estados da Bahia, do Ceará e de Pernambuco, os novos empregos foram fomentados, principalmente, pelos setores de Serviços e Construção. Enquanto, no Maranhão, os maiores registros de empregos em carteira assinada foram emitidos nos setores de Serviços e Agropecuária.
- Índice de Endividamento (GRE) apresenta redução no Nordeste em 2022:** A evolução positiva do Grau de Endividamento dos Estados brasileiros, vem ocorrendo desde 2020. Em 2021, o cenário apresentou-se mais favorável. O quadro mais atual, no final de 2022, mostra que a evolução continua, em que apenas a Região Norte teve um pequeno acréscimo em seu nível de endividamento, contudo, continua com o menor índice entre as Regiões. O Grau de Endividamento (GRE) do Nordeste era 0,36 em 2021, e passou para 0,32, em 2022.
- Desempenho Fiscal do Governo Federal em 2023:** As contas do Governo Federal apresentaram um superávit primário de R\$ 37,8 bilhões, no acumulado dos dois primeiros meses deste ano, resultado que, embora favorável, foi menor do que o observado no mesmo período do ano passado (R\$ 56,4 bilhões). Em janeiro de 2023, as contas do Governo Central registraram um superávit bastante expressivo, de R\$ 78,3 bilhões, puxado pelo volume da arrecadação de impostos, contribuições e de outras receitas, que alcançou o montante de R\$ 251,7 bilhões, acima do que as projeções indicavam, sendo o maior valor já obtido no mês de janeiro, desde 1995. Em fevereiro, no entanto, foi registrado déficit de R\$ 40,9 bilhões.

Projeções Macroeconômicas - Boletim Focus - Séries de Expectativas de 11/04/2023

| Mediana - Agregado - Período | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|--|--------|--------|--------|--------|
| IPCA (%) | 6,01 | 4,18 | 4,00 | 4,00 |
| PIB (% de crescimento) | 0,90 | 1,40 | 1,72 | 1,80 |
| Taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$) | 5,24 | 5,26 | 5,30 | 5,35 |
| Meta Taxa Selic - fim de período (% a,a) | 12,50 | 10,00 | 9,00 | 8,75 |
| IGP-M (%) | 3,50 | 4,18 | 4,00 | 4,00 |
| IPCA Preços Administrados (%) | 10,20 | 4,50 | 4,00 | 4,00 |
| Conta Corrente (US\$ Bilhões) | -49,90 | -52,00 | -49,55 | -46,00 |
| Saldo da Balança Comercial (US\$ Bilhões) | 55,48 | 52,30 | 54,40 | 51,90 |
| Investimento Direto no País (US\$ Bilhões) | 80,00 | 80,00 | 80,00 | 82,50 |
| Dívida Líquida do Setor Público (% do PIB) | 61,30 | 64,50 | 66,95 | 68,30 |
| Resultado Primário (% do PIB) | -1,00 | -0,80 | -0,50 | -0,30 |
| Resultado Nominal (% do PIB) | -7,80 | -7,10 | -6,20 | -6,00 |

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE - ETENE | Economista-Chefe: Luiz Alberto Esteves. Gerente de Ambiente: Tibério Rômulo Romão Bernardo. Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas. Gerente Executivo: Allisson David de Oliveira Martins. Equipe Técnica: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Helen Cristina Rodrigues Saraiva Leão, Laura Lúcia Ramos Freire, Liliane Cordeiro Barroso e Wellington Santos Damasseno. Célula de Gestão de Informações Econômicas. Gerente Executivo: Marcos Falcão Gonçalves. Projeto Gráfico/Diagramação: Gustavo Bezerra Carvalho, Revisão Vernacular: Hermano José Pinho. Estagiário: Ana Lara Rodrigues Viana. Jovem Aprendiz: Alexandre de Oliveira do Nascimento e Isabelle Iorranna Braga da Silva.

Aviso Legal: O BNB/Etene não se responsabiliza por quaisquer atos/decisões tomadas com base nas informações disponibilizadas por suas publicações e projeções. Desse modo, todas as consequências pelo uso de quaisquer dados ou análises desta publicação serão de responsabilidade exclusivamente do usuário, eximindo o BNB de todas as ações decorrentes do uso deste material. O acesso a essas informações implica a total aceitação deste termo de responsabilidade. Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB. É permitida a reprodução das matérias, desde que seja citada a fonte.

Paraíba e Maranhão são destaques no Comércio no início de 2023

O volume de vendas do comércio varejista restrito no Brasil cresceu 2,6% em Janeiro de 2023 na comparação com o mesmo período no ano de 2022, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No comércio varejista ampliado que, além das atividades do varejo restrito, inclui as atividades de Veículos, motos, partes e peças e de Material de construção, o volume de vendas apresentou crescimento de 0,5%, na mesma comparação.

Dentre os dez grupos de atividades pesquisadas e analisadas para o Brasil, os maiores crescimentos foram verificados em Combustíveis e Lubrificantes (+26,7%), Livros, jornais, revistas e papelaria (+15,2%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (+14,8%).

Em relação aos estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Paraíba (15,9%) e Maranhão (12,9%) foram os destaques no comércio varejista restrito no início de 2023, enquanto Pernambuco (-1,0%) registrou desempenho negativo na comparação de Janeiro de 2023 com o mesmo mês do ano anterior. Os estados de Alagoas (+8,0%), Espírito Santo (+7,6%), Ceará (7,3%), Sergipe (7,1%), Piauí (+4,8%), Minas Gerais (+2,9%), Rio Grande do Norte (+2,7%) e Bahia (+2,5%) também apresentaram crescimento no volume de vendas. Quanto ao comércio varejista ampliado, os destaques positivos foram: Paraíba (+13,9%) e Maranhão (+5,2%). Em direção oposta, as maiores variações negativas foram observadas em Bahia (-7,7%) e Pernambuco (-15,4%).

Dentre os cinco estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste nos quais são analisadas as atividades, a que apresentou maior destaque positivo foi Livros, jornais, revistas e papelaria, no Espírito Santo, (+58,9%) e Bahia (+36,3%), seguido de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação na Bahia (+41,9%) e também no Espírito Santo (+36,1%). Em sentido oposto, o destaque negativo foi verificado em Móveis, na Bahia (-47,6%), Veículos, motocicletas, partes e peças, em Pernambuco (-31,5%) e Bahia (-29,3%) e Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação, em Pernambuco (-30,2%).

No tocante ao comércio varejista ampliado, resultado positivo de destaque foi observado em Material de Construção, no Espírito Santo (38,8%). Em direção oposta, registrou-se fortes declínios de vendas de Veículos, motocicletas, partes e peças, em Pernambuco (-31,5%) e Bahia (-29,3%). Ainda no mesmo setor, Espírito Santo foi destaque positivo com crescimento (+24,3%). A pressão inflacionaria, atrelado ao aumento de juros, ainda vem afetando negativamente essas atividades a partir da redução do poder de compra das famílias.

Gráfico 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio - Brasil e estados selecionados - Mês/igual mês do ano anterior Janeiro 2023



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC Janeiro 2023.

**Tabela 1 – Variação (%) do volume de vendas do comércio e atividades - Brasil e Estados selecionados
Mês/mesmo mês ano anterior janeiro 2023**

| Comércio e atividades | Brasil | Ceará | Pernam- buco | Bahia | Minas Gerais | Espírito Santo |
|---|------------|------------|-----------------|-------------|-----------------|-------------------|
| Comércio varejista | 2,6 | 7,3 | -1,0 | 2,5 | 2,9 | 7,6 |
| Combustíveis e lubrificantes | 26,7 | 17,3 | 23,6 | 19,2 | 28,6 | 15,1 |
| Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo | 2,2 | 8,1 | 1,3 | 6,5 | 2,4 | 8,5 |
| Hipermercados e supermercados | 2,6 | 8,6 | 1,1 | 8,5 | 1,9 | 8,1 |
| Tecidos, vestuário e calçados | 2,3 | 18,8 | -12,6 | 11,4 | 0,9 | -6,7 |
| Móveis e eletrodomésticos | 3,4 | 6,0 | 5,4 | -15,1 | 5,3 | -4,2 |
| Móveis | -6,8 | -3,5 | -1,9 | -47,6 | -12,9 | 0,4 |
| Eletrodomésticos | 7,2 | 15,6 | 9,0 | 12,0 | 13,7 | -1,0 |
| Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos | -7,6 | -1,2 | -3,5 | -7,3 | -0,4 | -6,2 |
| Livros, jornais, revistas e papelaria | 15,2 | -9,0 | -19,7 | 36,3 | 18,7 | 58,9 |
| Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação | 14,8 | 25,5 | -30,2 | 41,9 | 3,1 | 36,1 |
| Outros artigos de uso pessoal e doméstico | -6,5 | -3,7 | -15,9 | -12,6 | -8,7 | -2,8 |
| Comércio varejista ampliado | 0,5 | 0,9 | -15,4 | -7,7 | 4,4 | 14,1 |
| Veículos, motocicletas, partes e peças | 4,4 | 0,9 | -31,5 | -29,3 | 11,0 | 24,3 |
| Material de construção | 1,1 | -22,3 | 7,1 | 10,6 | 6,9 | 38,8 |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE. PMC Janeiro 2023.

Inflação do Nordeste em Março Registra 0,51%

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de março teve alta de 0,71%, 0,13 ponto percentual (p.p.) abaixo da taxa de 0,84% registrada em fevereiro. No ano, o IPCA acumula alta de 2,09% e, nos últimos 12 meses, de 4,65%, abaixo dos 5,60% observados nos 12 meses imediatamente anteriores. Dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados, oito registram alta em março. A exceção foi Artigos de residência (-0,27%), que tinha registrado alta de 0,11% em fevereiro. O maior impacto (0,43 p.p.) e a maior variação (2,11%) no índice do mês vieram de Transportes. Na sequência, foram Saúde e cuidados pessoais (0,82%) e Habitação (0,57%), que desaceleraram em relação ao mês anterior, contribuindo com 0,11 p.p. e 0,09 p.p., respectivamente. Os demais grupos ficaram entre o 0,05% de Alimentação e bebidas e o 0,50% de Comunicação.

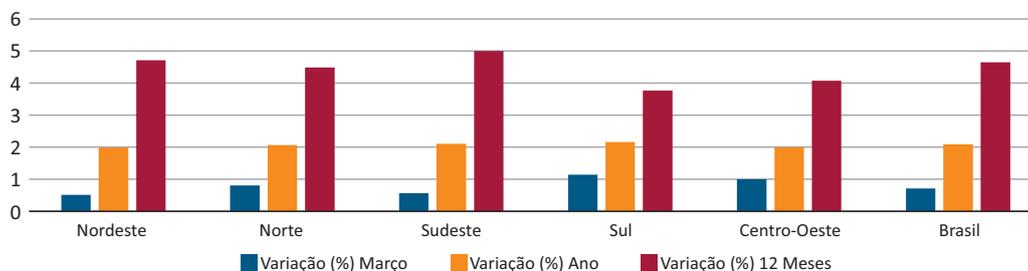
Na Região Nordeste, o IPCA foi +0,51%, -0,32 p.p. abaixo da taxa de +0,83%, registrada no mês anterior. No ano, o IPCA do Nordeste acumula alta de +1,99% e, nos últimos 12 meses terminados em março, +4,71%, abaixo dos +5,86% registrados em fevereiro. Em março de 2022 o índice regional foi de +1,61%.

Em março, no Nordeste, Transportes é o principal destaque (+1,87% e impacto de +0,35 p.p.), que junto com Saúde e cuidados pessoais e Habitação, respondem por 92,1% do índice regional. No primeiro, gasolina (+7,3% e impacto de +0,36 p.p.) e ônibus urbano (+1,8% e impacto de +0,03 p.p.), são as principais variações positivas, que compensaram as deflações nas passagens aéreas (-8,6% e impacto de -0,04 p.p.) e óleo diesel (-4,9% e impacto de -0,02 p.p.). A gasolina variou entre +1,6% (Fortaleza) e +11,2% (São Luís). Plano de saúde (+1,2% e impacto de +0,04 p.p.) é o destaque em Saúde e cuidados pessoais. Em Habitação, as principais variações são de energia residencial (+0,9% e impacto de +0,04 p.p.) e gás butano (+0,5% e impacto de +0,01 p.p.).

No acumulado do ano, no índice regional, os três grupos mais importantes no mês (Transportes, Saúde e cuidados pessoais e Habitação), mais o grupo Educação, representam 81,6% do IPCA. Gasolina (+13,0% e impacto de +0,6 p.p.) e veículo próprio (+1,5% e impacto de 0,1 p.p.), detêm as principais variações em Transportes. Cabe destacar a deflação em passagens aéreas (-19,9%). O destaque em Educação são os cursos regulares (+7,9% e impacto de 0,4 p.p.). No grupo Saúde e cuidados pessoais, realçam dois itens, plano de saúde (+3,7% e impacto de 0,1 p.p.) e higiene pessoal (+1,7% e impacto de 0,1 p.p.). Em Habitação, os destaques são, energia residencial (+4,9% e impacto de 0,2 p.p.), aluguel e taxas (+1,2% e impacto de 0,1 p.p.). Cabe citar a deflação no gás de botijão (-3,4% e impacto de -0,06 p.p.).

Em doze meses, terminados em março, Alimentação e bebidas, representa 38,3% do IPCA regional. Os outros dois principais fatores são Saúde e cuidados pessoais (33,4% do IPCA) e Vestuário (15,4% do índice regional). Em Alimentação e bebidas, as principais variações são do leite e derivados (+18,3%), refeição (+6,9%), pão francês (+16,3%), frutas (+11,9%), farinha de mandioca (+29,6%) e lanche (+11,9%). Em Saúde e cuidados pessoais, as principais variações são em plano de saúde (+13,2%), higiene pessoal (+13,1%) e produtos farmacêuticos (+9,5%). Roupas (+13,2%) e calçados e acessórios (+17,0%), são os destaques em Vestuário.

Gráfico 1 – IPCA (%) – Brasil e Regiões – Março 2023, Ano e em 12 Meses terminados em março de 2023



Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2023).

Tabela 1 – IPCA (%) e Impactos por Grupo Pesquisado (p.p) – Nordeste e Capitais pesquisadas na Região – 12 meses, terminados em março de 2023

| IPCA - Grupo Pesquisado | Fortaleza | Recife | Salvador | Aracaju | São Luis | Nordeste | Brasil |
|----------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Índice Geral (%) | 4,47 | 4,48 | 5,36 | 4,59 | 3,45 | 4,71 | 4,65 |
| Alimentação e Bebidas - p.p. | 1,71 | 2,01 | 1,78 | 1,47 | 1,78 | 1,81 | 1,56 |
| Habituação - p.p. | 0,02 | -0,32 | 0,73 | -0,43 | -0,69 | 0,10 | -0,04 |
| Artigos de Residência - p.p. | 0,21 | 0,07 | 0,01 | 0,03 | 0,27 | 0,09 | 0,13 |
| Vestuário - p.p. | 0,66 | 0,72 | 0,73 | 0,86 | 0,74 | 0,73 | 0,61 |
| Transportes - p.p. | -0,15 | -0,47 | -0,63 | -0,31 | -0,78 | -0,49 | -0,36 |
| Saúde e Cuidados Pessoais - p.p. | 1,32 | 1,64 | 1,62 | 1,98 | 1,49 | 1,57 | 1,54 |
| Despesas Pessoais - p.p. | 0,32 | 0,35 | 0,61 | 0,50 | 0,43 | 0,46 | 0,71 |
| Educação - p.p. | 0,47 | 0,53 | 0,56 | 0,55 | 0,32 | 0,51 | 0,46 |
| Comunicação - p.p. | -0,10 | -0,04 | -0,05 | -0,06 | -0,10 | -0,06 | 0,03 |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do IBGE (2023).

Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão registraram os maiores saldos de emprego no 1º bimestre de 2023

Para o 1º bimestre de 2023, o mercado de trabalho formal no Nordeste vem apresentando crescimento, e essa tendência segue na maioria de seus estados, com efeito significativo sobre a recuperação econômica da Região. De acordo com o Ministério da Economia, no 1º bimestre de 2023, todos os estados do Nordeste apresentaram saldo de emprego positivo, com exceção da Paraíba. Assim sendo, Bahia (+11.520) despontou com maior saldo de empregos, seguido por Ceará (+7.961), Pernambuco (+1.904) e Maranhão (+1.881), vide Tabela 1.

Desta forma, esse crescimento do saldo de empregos positivo resultou no crescimento do estoque de empregos no acumulado de 2023. Entre os estados, Bahia (+0,6%) e Pernambuco (0,6%) apresentaram o crescimento do estoque de emprego mais acentuado na Região, cuja variação em cada estado foi superior à média regional (+0,4%), em relação a dezembro de 2022. Em seguida, Piauí (+0,4%), que pontuou variação igual à média regional (+0,4%).

De modo semelhante ao saldo de emprego positivo, a melhora das condições do mercado de trabalho impactou na representatividade regional do estoque de emprego, que é a quantidade total de vínculos celetistas ativos. A Bahia contabilizou 1.913.069 empregos formais, representando 27,2% do estoque de empregos regional, em fevereiro de 2023. Na sequência, destacam-se Pernambuco (1.383.305 postos, participação regional de 19,7%), Ceará (1.243.032 postos, cerca de 17,7%) e Maranhão (580.733 postos, com 8,3% do estoque de emprego regional). Os quatro estados representam cerca de 72,8% do estoque de empregos formais no Nordeste, conforme dados da Tabela 1.

Na Bahia, a geração de emprego no Estado foi fomentada principalmente por Serviços (+7.104) e Construção (+3.143). Em Serviços, os destaques foram em Educação (+2.264), Atividades profissionais, científicas e técnicas (+1.598) e Saúde Humana (+980). Na Construção, Construção de Edifícios (+1.453) registrou maior saldo de empregos, seguido por Obras de Infraestrutura (+1.317) e Serviços Especializados para Construção (+373).

Em Pernambuco, assim como na Bahia, os destaques foram nos setores de Serviços e Construção. Serviços (+11.502) se destacou devido à formação de novos empregos em Administração Pública (+4.323), Atividades Administrativas (+2.311) e Saúde Humana (+2.050). Na sequência, a geração de empregos na Construção (+407) foi impulsionada, principalmente, por Construção de Edifícios (+460).

No Ceará, Serviços (+6.567) foi o que mais formou novos postos de trabalho, no acumulado de 2023. Outros Serviços (+1.838), Administração Pública (+1.650) e Educação (+1.435) foram as atividades que mais impulsionaram o setor de Serviços no Estado cearense. Na Construção (+411), a ênfase de geração de empregos foi em Construção de Edifícios (+292).

Maranhão, Serviços (+1.730) e Agropecuária (+893) foram os setores que mais geraram novos empregos, no 1º bimestre de 2023. Em Serviços, o desempenho em Educação (+641), Atividades Administrativas (+548) e Alojamento e Alimentação (+231) estimularam a geração de novos postos de trabalho no setor. Na Agropecuária (+893), Produção de Lavouras Temporárias (+332), Atividades de Apoio à Agricultura e à Pecuária (+256), Produção Florestal (+215) e Pecuária (+93) pontuaram positivamente no saldo de emprego, com ênfase no cultivo de soja (+290), atividades de apoio à agricultura (+152), produção de florestas plantadas (+143) e criação de bovinos (+47).

Por atividade econômica, Serviços ampliou novos postos de trabalho em todas as Unidades Federativas na Região, com destaque em Pernambuco (+11.502), Bahia (+7.104) e Ceará (6.567), no acumulado de janeiro a fevereiro de 2023. Nesse período, Construção também participou para o agregado do saldo positivo na Região. O setor computou saldo positivo em oito estados do Nordeste, com maior projeção na Bahia (+3.143), Rio Grande do Norte (+714) e Paraíba (+669), conforme dados da Tabela 2.

Tabela 1 – Saldo e Estoque do Emprego Formal - Nordeste e Estados – Fevereiro e 1º bimestre de 2023

| Estados | Saldo de Emprego Formal | | Estoque do emprego formal (1) - 1º bimestre de 2023 | | |
|---------------------|-------------------------|---------------------|---|------------------|------------------|
| | fevereiro de 2022 | 1º bimestre de 2023 | Estoque | Participação (%) | Variação (%) (2) |
| Maranhão | 722 | 1.881 | 580.733 | 8,3% | 0,3% |
| Piauí | 913 | 1.177 | 314.976 | 4,5% | 0,4% |
| Ceará | 4.330 | 1.904 | 1.243.032 | 17,7% | 0,2% |
| Rio Grande do Norte | 433 | 104 | 458.438 | 6,5% | 0,0% |
| Paraíba | 523 | -1.180 | 449.134 | 6,4% | -0,3% |
| Pernambuco | 6.740 | 7.961 | 1.383.305 | 19,7% | 0,6% |
| Alagoas | 160 | 235 | 392.860 | 5,6% | 0,1% |
| Sergipe | 1.300 | 743 | 297.544 | 4,2% | 0,3% |
| Bahia | 8.043 | 11.520 | 1.913.069 | 27,2% | 0,6% |
| Nordeste | 23.164 | 24.345 | 7.033.091 | 100,0% | 0,4% |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2023). Nota: (1) Estoque de emprego com posição até fevereiro de 2023; (2) Variação percentual do estoque de emprego em relação a dezembro de 2021.

Tabela 2 – Saldo de Emprego, por Atividade Econômica - Nordeste e Estados – 1º bimestre de 2023

| Estados | Agropecuária | Indústria | Construção | Comércio | Serviços |
|---------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|
| Maranhão | 893 | 272 | -965 | -49 | 1.730 |
| Piauí | 489 | -26 | 356 | 347 | 11 |
| Ceará | -703 | -2.364 | 411 | -2.007 | 6.567 |
| Rio Grande do Norte | -2.087 | -154 | 714 | -139 | 1.770 |
| Paraíba | -592 | -1.779 | 669 | -673 | 1.195 |
| Pernambuco | -597 | -1.596 | 407 | -1.755 | 11.502 |
| Alagoas | -303 | -688 | 326 | -541 | 1.441 |
| Sergipe | -273 | 54 | 578 | -691 | 1.075 |
| Bahia | 1.582 | 831 | 3.143 | -1.140 | 7.104 |
| Nordeste | -1.591 | -5.450 | 5.639 | -6.648 | 32.395 |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Caged (2023).

Índice de Endividamento (GRE) apresenta redução no Nordeste em 2022

O quadro financeiro das Unidades Federativas e Cidades brasileiras tem se constituído em um dos importantes temas para os formuladores de políticas públicas no Brasil. Nesse sentido, o BNB/Etene tem acompanhado regularmente o cenário das finanças públicas através do indicador denominado “Grau de Endividamento dos Estados (GRE)”. Os entes federados só podem tomar operações de crédito se seu GRE, constituído pela relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida, for menor que 2.

A evolução positiva do Grau de Endividamento dos Estados brasileiros, vem ocorrendo desde 2020. Em 2021, o cenário apresentou-se mais favorável. O quadro mais atual, no final de 2022, mostra que a evolução continua, em que apenas a Região Norte teve um pequeno acréscimo em seu nível de endividamento, contudo, continua com o menor índice entre as Regiões. O índice de endividamento nacional saiu de 0,88 (2021), para 0,77 (2022). Para as capitais, o índice que era 0,20 (2021), caiu para 0,07.

Quatro estados (MG, RJ, SP e RS), respondem por 84,8% da DCL (dívida consolidada líquida) do País em 2022, que é de R\$ 778,3 bilhões, e 46,0% da RCL (receita corrente líquida) do País (R\$ 1.006,7 bilhões). Estes, também, melhoraram seus índices de endividamento (GRE), que saíram de 1,57 (2021), para 1,43 em 2022. Nesse sentido, os estados do Nordeste são uma boa referência, na medida em que o GRE da Região era 0,36 em 2021, e passou para 0,32, em 2022.

O nível de endividamento das capitais representava 22,6% do Endividamento dos Estados (2021), caindo para 8,5% no final de 2022. O baixo nível de endividamento das capitais, comparado com os estados, sinaliza que estas têm autonomia e recursos para bancarem suas ações, enquanto fica para o Estado, a obrigação de atuação em todos os outros municípios, principalmente em saúde e infraestrutura. Na Região Nordeste, a relação entre os endividamentos das Capitais e Estados, saiu de 34,5% (2021), para 27,5%, em 2022.

O GRE da Região Nordeste, referente às capitais, registrou variação de -28,1%, em função do crescimento de sua Receita Corrente Líquida (variação nominal de +18,7%), acima da Dívida Consolidada Líquida (+6,9%). O Nordeste detém 8,8% da DCL nacional e 21,1% da RCL.

As maiores reduções nos níveis de endividamento estaduais, na Região, ocorreram no Ceará (-23,4%), Bahia (-20,9%) e Maranhão (-20,4%). No primeiro, houve uma redução na DCL de -7,5% e um aumento na RCL de +20,6%. Na Bahia, a DCL caiu -3,6% e a RCL aumentou em +21,8%. A DCL também caiu -3,6%, no Maranhão, enquanto a RCL aumentou +21,1%. Tanto a Paraíba, quanto o Espírito Santo têm GRE igual a zero porque tinham recursos em caixa acima do valor de suas DCL. O Estado de Alagoas piorou seu índice de endividamento em 2022, de 0,38 (2021) para 0,55, em função do crescimento de sua Dívida Consolidada Líquida em +52,3%, de 2021 para 2022, enquanto sua Receita Corrente Líquida cresceu apenas +5,2%.

Tabela 1 – Grau de Endividamento (GRE) - Regiões, Brasil e Estados Selecionados – 2021 e 2022

| Estado/Região/País | Estado | | | | Capital | | |
|---------------------|-------------|-------------|-------------------------|--------------|-------------|-------------|--------------|
| | 2021 | 2022 | Relação(%) ¹ | Var. % | 2021 | 2022 | Var. % |
| Alagoas | 0,38 | 0,55 | 71,1 | 44,8 | - | - | - |
| Bahia | 0,38 | 0,30 | 38,9 | -20,9 | 0,08 | 0,05 | -35,0 |
| Ceará | 0,44 | 0,34 | 43,8 | -23,3 | 0,27 | 0,27 | -1,5 |
| Maranhão | 0,41 | 0,33 | 42,5 | -20,4 | 0,04 | - | - |
| Paraíba | - | - | - | - | - | - | - |
| Pernambuco | 0,36 | 0,35 | 45,7 | -2,2 | 0,22 | 0,18 | -15,3 |
| Piauí | 0,47 | 0,51 | 66,0 | 8,7 | 0,12 | 0,25 | 116,0 |
| Rio Grande do Norte | 0,35 | 0,32 | 41,4 | -7,2 | 0,32 | 0,25 | -21,5 |
| Sergipe | 0,29 | 0,31 | 40,6 | 6,7 | 0,11 | 0,05 | -52,3 |
| Nordeste | 0,36 | 0,32 | 41,7 | -9,9 | 0,12 | 0,09 | -28,1 |
| Norte | 0,09 | 0,12 | 15,0 | 33,0 | 0,14 | 0,09 | -33,8 |
| Sudeste | 1,45 | 1,29 | 166,7 | -11,3 | 0,28 | 0,03 | -90,2 |
| Espírito Santo | - | - | - | - | - | - | - |
| Minas Gerais | 1,69 | 1,57 | 203,0 | -7,3 | 0,10 | 0,06 | -43,7 |
| Sul | 0,95 | 0,85 | 110,0 | -10,0 | - | - | - |
| Centro-Oeste | 0,19 | 0,15 | 18,9 | -24,1 | 0,18 | 0,20 | 14,2 |
| Brasil | 0,88 | 0,77 | 100,0 | -11,8 | 0,20 | 0,07 | -66,9 |

Fonte: Elaboração BNB/Etene, com dados do Tesouro Nacional (2022). 1. Relação entre o índice estadual/capital com o índice nacional, em 2022. 2. Quando o Grau de endividamento é zero, quer dizer que o Estado/Capital tinha recurso em caixa acima de sua dívida consolidada líquida.

Desempenho Fiscal do Governo Federal em 2023

As contas do Governo Federal apresentaram um superávit primário de R\$ 37,8 bilhões, no acumulado dos dois primeiros meses deste ano, resultado que, embora favorável, foi menor do que o observado no mesmo período do ano passado (R\$ 56,4 bilhões). Nos últimos anos, esse tem sido um comportamento padrão, que muda apenas de patamar. Ou seja, geralmente, em janeiro, ocorre o superávit, influenciado pela elevação da arrecadação e do baixo nível de execução das despesas, enquanto fevereiro, por questões sazonais, tem sido deficitário. O bom resultado de janeiro muitas vezes supera o déficit de fevereiro, provocando, portanto, esse superávit nos dois primeiros meses do ano.

De fato, em janeiro, as contas do Governo Central registraram um superávit bastante expressivo, de R\$ 78,3 bilhões, puxado pelo volume da arrecadação de impostos, contribuições e de outras receitas, que alcançou o montante de R\$ 251,7 bilhões, acima do que as projeções indicavam, sendo o maior valor já obtido no mês de janeiro, desde 1995. Em fevereiro, no entanto, as reduções das receitas provenientes dos Impostos de Produtos Industrializados-IPI (-R\$ 2,6 bilhões), da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS (-R\$ 2,5 bilhões), concessões e permissões (-R\$ 11,8 bilhões), dividendos e participações (-R\$ 3,7 bilhões) e demais receitas (-R\$ 3,7 bilhões), contribuíram para o déficit de R\$ 40,9 bilhões, praticamente o dobro do observado em fevereiro de 2022 (R\$ 20,4 bilhões).

Neste ano, um fato marcante foi o início do novo mandato Presidencial, que trouxe no escopo de suas propostas de ações, a perspectiva de introdução de uma nova regra fiscal. Diante disso, a preocupação do mercado, nesses meses iniciais, foi com o risco de abandono da meta de superávit nas contas públicas, fato que não se confirmou, pois a equipe econômica já apresentou o novo arcabouço fiscal, mantendo o compromisso do atual Governo com a manutenção do superávit primário, sob o pressuposto de que o resultado primário positivo, indica a consistência entre as metas de políticas macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade de o Governo honrar seus compromissos.

Quando se consideram as contas do Setor Público Consolidado, que engloba União, Estados, Municípios e Empresas Estatais, os resultados mostram um déficit primário de R\$ 26,5 bilhões em fevereiro, ou 3,22% do PIB, o maior, para este mês de fevereiro, desde 2002. A principal razão para esse resultado foi o déficit observado nas contas do Governo Central, uma vez que Estados e Municípios, bem como as empresas estatais, registraram saldo positivo em fevereiro de 2023.

Com isso, o resultado nominal em fevereiro de 2023, que incorpora os juros da dívida pública na conta, e tem sido utilizado para comparações internacionais, registrou um déficit de R\$ 90,6 bilhões nesse mês, alcançando em 12 meses até fevereiro, o volume de R\$ 565,8 bilhões, equivalentes a 5,62% do PIB. Convém ressaltar que o resultado nominal mensal das contas do Setor Público reflete as atuações do Banco Central no mercado de câmbio, bem como na taxa Selic, que é fixada pelo BACEN. Atualmente, a taxa está em 13,75%, bem acima da inflação, o que, certamente, agrava o quadro de endividamento do setor público, bem como desestimula os investimentos produtivos privados.

O déficit nominal é geralmente utilizado pelas Agências de Classificação de risco para definição da nota de crédito dos países, as quais servem de bússola para orientar os grandes investidores internacionais.

Tabela 1 – Resultado do Tesouro Nacional – 2023 (Em R\$ milhões – a preços correntes)

| Discriminação | Janeiro 2023 | Fevereiro 2023 | Jan-Fev | | Variação (2023/2022) | |
|--|------------------|-------------------|------------------|---------------|-------------------------|----------------|
| | | | 2022 | 2023 | Nominal | Real |
| | | | 1. RECEITA TOTAL | 256.935,50 | 153.406 | 401.895 |
| 2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA | 36.684,40 | 50.706 | 81.572 | 87.359 | 7,10% | 1,40% |
| 3. RECEITA LÍQUIDA (1-2) | 220.251,10 | 102.699 | 320.322 | 323.380 | 1,00% | -4,50% |
| 4. DESPESA TOTAL | 141.925,00 | 143.688 | 263.878 | 285.611 | 8,20% | 2,40% |
| 5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4) | 78.326,10 | -40.989 | 56.444 | 37.768 | -33,10% | -36,40% |
| Tesouro Nacional | 94.847,20 | -20.026 | 91.109 | 75.252 | -17,40% | -21,80% |
| Banco Central | -3,4 | 83 | 63 | 80 | 26,10% | 20,60% |
| Previdência Social (RGPS) | -16.517,80 | -21.046 | -34.729 | -37.563 | 8,20% | 2,30% |
| 6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB | | | 3,80% | 2,30% | - | - |

Fonte: Tesouro Nacional

Tabela 2 – Necessidades de financiamento do setor público - 2023 (R\$ milhões correntes)

| Discriminação | Fluxos Mensais | | Fluxos em 12 meses | | | |
|-----------------------|----------------|---------------|--------------------|--------------|----------------|--------------|
| | Jan | Fev | Jan | % PIB | Fev | % PIB |
| NOMINAL | -46 692 | 90 606 | 497 802 | 4,97 | 565 863 | 5,62 |
| Governo Central(1/) | -34 888 | 94 545 | 478 266 | 4,78 | 533 982 | 5,30 |
| Governos estaduais | -10 197 | 506 | 38 667 | 0,39 | 49 092 | 0,49 |
| Governos municipais | -4 185 | -4 000 | -24 336 | -0,24 | -24 117 | -0,24 |
| Empresas estatais(2/) | 2 578 | - 445 | 5 205 | 0,05 | 6 905 | 0,07 |
| JUROS NOMINAIS | 52 320 | 64 153 | 620 975 | 6,20 | 659 112 | 6,54 |
| Governo Central | 44 517 | 55 307 | 535 188 | 5,35 | 570 847 | 5,67 |
| Governos estaduais | 7 071 | 8 048 | 76 681 | 0,77 | 79 077 | 0,78 |
| Governos municipais | 318 | 305 | 4 368 | 0,04 | 4 291 | 0,04 |
| Empresas estatais(2/) | 414 | 493 | 4 738 | 0,05 | 4 896 | 0,05 |
| PRIMÁRIO | -99 013 | 26 453 | -123 173 | -1,23 | -93 250 | -0,93 |
| Governo Central | -79 405 | 39 238 | -56 922 | -0,57 | -36 865 | -0,37 |
| Governos estaduais | -17 268 | -7 542 | -38 015 | -0,38 | -29 985 | -0,30 |
| Governos municipais | -4 504 | -4 305 | -28 704 | -0,29 | -28 408 | -0,28 |
| Empresas estatais(2/) | 2 164 | - 938 | 467 | 0,00 | 2 009 | 0,02 |
| PIB últimos 12 meses* | | | 10 009 154 | - | 10 076 168 | - |

* Dados preliminares.

Agenda

Próximas Divulgações

segunda-feira, 24 de abril de 2023

Relatório Focus (Banco Central)

terça-feira, 25 de abril de 2023

Pesquisa Mensal de Comércio

quarta-feira, 26 de abril de 2023

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15

Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física - Regional

quinta-feira, 27 de abril de 2023

Pesquisa Mensal de Serviços

sexta-feira, 28 de abril de 2023

Índice de Preços ao Produtor - Indústrias Extrativas e de Transformação

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Mensal